



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020**

Por solicitação do Sr. Presidente do **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, autarquia federal, instituída pela Lei nº 5.517/1968, por meio de seu Pregoeiro instituído pela Portaria nº 05/2019, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**1 - DO DIA, HORA E LOCAL DA ABERTURA**

**1.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da *Internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

- **Encerramento do recebimento das propostas:** dia 31/01/2020 às 09:00 horas;
- **Data e horário da abertura das propostas:** dia 31/01/2020 às 09:00 horas;
- **Início da sessão de disputa de preços:** dia 31/01/2020 às 10:00 horas;
- **Referência de tempo:** Será observado horário de Brasília (DF).

**Local:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) (ID da licitação no Sistema Eletrônico: 801005)

**1.2** - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, ela será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente ao ora fixado.

**1.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília - DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**2 - DO OBJETO**

**2.1** - A presente licitação tem por finalidade "a contratação de empresa especializada em serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (MV&Z), do Informativo do CRMV-SP e do Boletim da Apamvet e Relatório de Gestão de 2019", de acordo com os quantitativos, condições e especificações estabelecidas no **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA** deste edital.

**3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR**

**3.1** - Poderão participar do pregão, empresas pertencentes ao ramo do objeto da licitação e que comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação, para a execução dos serviços, em especial os relativos à prova de habilitação jurídica, prova de qualificação técnica, prova de regularidade fiscal, prova de regularidade trabalhista e prova de regularidade econômica-financeira.

**3.2** - A presente licitação destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).

**3.3** - A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

**3.4** - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

**4 - DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**4.1** - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A. Os interessados em se credenciar no aplicativo poderão obter maiores informações junto ao Banco do Brasil S.A. ou no sítio eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**4.2** - O credenciamento do Licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no sistema de licitações do Banco do Brasil S.A., que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

**4.3** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implicará na responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

**4.4** - O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CRMV-SP ou ao Banco do Brasil S.A., a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.5** - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo, quando, devidamente justificado, forem canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil.

**4.6** - As "Microempresas" e "Empresas de Pequeno Porte", para exercerem o direito de preferência estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, deverão cadastrar no sistema Licitacoes-e o tipo de segmento de empresa que representam, sob pena de não fruição do direito.

**5 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS**

**5.1** - A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do Licitante ao sistema eletrônico, pela digitação de sua senha privativa e pelo subsequente encaminhamento da proposta de preços.

**5.1.1** - Caso o Licitante opte em enviar proposta em documento anexo, deverá ser encaminhado sem identificação do fornecedor, timbres, ou outro meio de identificação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**5.2** - O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo suas propostas e seus lances como firmes e verdadeiros.

**5.3** - O licitante ficará incumbido de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.4** - Como requisito para a participação no pregão eletrônico o Licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

**5.5** - No valor total devem estar inclusos todos encargos financeiros ou previsão inflacionária, incluindo o montante da mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e fiscais, incluindo-se no preço quaisquer despesas que decorram da execução do objeto do certame, cabendo ao CRMV-SP pagar somente pelo objeto ora licitado.

**5.6** - Por possuir mais de um lote, o licitante não está obrigado a cotar todos eles, porém, em cada lote ofertado deverão estar incluídos todos os respectivos itens que o compõem, sob pena de desclassificação.

**5.7** - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

**5.8** - Não será levada em consideração proposta que contenha vantagem não prevista neste edital, inclusive aquela caracterizada por valor baseado nas ofertas dos demais licitantes.

**5.9** - É facultado à Administração, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93.

**5.10** - As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública estabelecida no Preâmbulo deste edital.

**6 - DAS PROPOSTAS E DOS LANCES**

**6.1** - No horário previsto neste Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro à avaliação das mesmas, classificando-as.

**6.1.1** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.2** - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

**6.3** - Os lances serão ofertados sobre o **VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE**.

**6.4** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.5** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

**6.6** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.7** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.8** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.9** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.10** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.11** - A cada lance ofertado, o licitante será, imediatamente, informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e o valor.

**6.12** - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, devendo observar a diferença de valores entre os lances acima estabelecida.

**6.13** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

**6.15** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

**6.15.1** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)).

**6.16** - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015, informando o nome da empresa. O Pregoeiro convocará o licitante em situação de empate que poderá ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos. Não havendo manifestação da empresa convocada, o sistema verificará se há outro licitante em situação de empate, realizando o chamado automaticamente. Não havendo mais nenhuma empresa, o Pregoeiro encerrará a disputa do lote, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.16.1** - O disposto no subitem acima somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**6.17** - Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

**6.18** - Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro deverá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**6.19** - O sistema informará o menor lance imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, se for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro sobre a aceitação do lance de menor valor.

**6.20** - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de um lance que atenda o Edital, adotando o procedimento mencionado no subitem anterior.

**6.21** - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao licitante de menor preço.

**6.22** - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.23** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

**6.23.1** - no país;

**6.23.2** - por empresas brasileiras;

**6.23.3** - por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.23.4** - por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**6.23.5** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**6.24** - O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes.

**6.25** - O Licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar, em no máximo 5 (cinco) horas do término da etapa de lances, nova planilha de custos contendo os respectivos valores readequados ao valor do lance de menor preço (ANEXO VI). Esta obrigação também valerá para os demais licitantes, caso ocorra a situação descrita no subitem nº “6.20”.

**6.26** - O posterior encaminhamento do original da proposta ao pregoeiro deverá ser no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da realização do Pregão.

## 7 - DA HABILITAÇÃO

**7.1** - Encerrada a etapa de lances, o licitante detentor da melhor proposta (menor preço) deverá transmitir, em no máximo 5 (cinco) horas, a documentação constante do **ANEXO I**, através do fax: **(11) 5084-4907** ou dos emails: [luiz.clc@crmvsp.gov.br](mailto:luiz.clc@crmvsp.gov.br) ou [fabio.clc@crmvsp.gov.br](mailto:fabio.clc@crmvsp.gov.br), devendo o licitante encaminhar posteriormente os documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da realização do Pregão, para o seguinte endereço:

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo – CRMV-SP  
Setor de Licitações  
Rua Vergueiro, 1759 - 5º andar - Paraíso  
CEP.: 04101-000 – São Paulo/SP

**7.2** - O Licitante na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, beneficiada pelo regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo havendo alguma restrição na regularidade fiscal.

**7.2.1** - Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame.

**7.2.2** - A prorrogação do prazo será concedida quando requerida pelo Licitante favorecido, salvo se existir urgência na contratação, devidamente justificada.

**7.2.3** - A não apresentação da documentação fiscal devidamente regularizada, no prazo concedido pela Administração, acarretará na perda do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no Item nº “13” deste Edital.

## 8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

**8.1** - O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO**, observado o disposto nos artigos 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

**8.2** - A adjudicação do objeto licitado será **POR LOTE**.

## 9 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**9.1** - Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este procedimento deverão ser enviados ao Pregoeiro, em **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico**, via internet, no endereço eletrônico: [luiz.clc@crmvsp.gov.br](mailto:luiz.clc@crmvsp.gov.br) ou [fabio.clc@crmvsp.gov.br](mailto:fabio.clc@crmvsp.gov.br).

**9.1.1** - As respostas aos pedidos de esclarecimento serão encaminhadas diretamente ao interessado através do e-mail informado e disponibilizados no site do CRMV-SP.

**9.2** - **Até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública deste Pregão, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório respectivo.

**9.2.1** - As impugnações deverão ser manifestadas por escrito, dirigidas ao Pregoeiro e protocoladas em via original, no horário das 09h às 16h, em dias úteis, no Setor de Protocolo do CRMV-SP - Rua Vergueiro, 1759 – 5º andar – Paraíso - São Paulo/SP.

**9.2.2** - Caso a impugnação seja enviada através de fax ou e-mail, o original deverá ser remetido ao pregoeiro no endereço supra, devidamente assinado e rubricado pelo representante legal da empresa ou procurador habilitado, até o dia da abertura do certame.

**9.2.3** - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação **no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação.

**9.3** - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizados no sistema eletrônico para os interessados por meio da opção **mensagens** e/ou **documentos**.

**9.4** - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame e **publicado o aviso respectivo no Diário Oficial da União**.

**9.5** - Qualquer modificação no edital será objeto de divulgação pelo mesmo instrumento de divulgação deste ato convocatório, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1** - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, em um período de até **24 (vinte e quatro) horas** a contar da declaração da licitante arrematante como vencedora, manifestar a intenção motivada de interpor recurso por meio do sistema eletrônico (chat), quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para protocolar as razões do recurso. O prazo comum para os demais licitantes protocolarem suas contrarrazões ocorrerá, de forma sucessiva e independente de nova intimação, no **prazo de até 03 (três) dias úteis** após o término do prazo do recorrente.

**10.1.1** - As razões e eventuais contrarrazões deverão ser protocoladas em via original, no horário das 09h00 às 16h00, em dias úteis, no Setor de Protocolo do CRMV-SP - Rua Vergueiro, 1759 – 5º andar – Paraíso - São Paulo/SP.

**10.1.2** - Fica assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões. Os referidos Autos estarão disponíveis na sede do CRMV-SP

**10.2** - A falta de manifestação do licitante no período de 24 (vinte e quatro) horas, importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo pregoeiro, do objeto da licitação ao vencedor.

**10.3** - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**10.4** - Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

**10.5** - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** - A adjudicação do objeto do pregão eletrônico será efetuada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso (art. 11, IX, do Decreto nº 5.450/2005).

**11.2** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório (art. 27, *caput*, do Decreto nº 5.450/2005).

**11.3** - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela referida autoridade.

**12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** - As despesas decorrentes da execução do objeto deste edital estão previstas no orçamento do exercício e correrão à conta do elemento despesa nº **6.2.2.1.1.01.02.02.006.074 – Serviços Gráficos e Editoriais - PJ**, com a dotação orçamentária destacada para esta finalidade.

**13 - DAS PENALIDADES**

**13.1** - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**13.1.1** - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**13.1.2** - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**13.1.3** - apresentar documentação falsa;

**13.1.4** - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**13.1.5** - ensejar o retardamento da execução do objeto;

**13.1.6** - não manter a proposta;

**13.1.7** - cometer fraude fiscal;

**13.1.8** - comportar-se de modo inidôneo;

**13.2** - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**13.3** - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**13.3.1** - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**13.3.2** - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**13.3.3** - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**13.3.4** - Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**13.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**13.5** - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.6** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**13.7** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**13.8** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**13.9** - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**13.10** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**13.11** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.12** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**13.13** - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. O CRMV-SP poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**14.2** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **CRMV-SP** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.

**14.3** - O(s) licitante(s) adjudicatário(s) terá(ão) o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Item nº 13** deste Edital.

**14.3.1** - Alternativamente à convocação para comparecer perante o CRMV-SP para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do licitante adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**14.4** - O pregoeiro, no interesse da Administração, **poderá** releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**14.5** - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**14.6** - Ocorrendo a hipótese prevista no subitem nº "**14.3**", o objeto da presente licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, e de acordo com as propostas apresentadas.

**14.7** - O recebimento das propostas pelo órgão não implica em nenhum direito à proponente ou compromisso do CRMV-SP, além do recebimento das mesmas.

**14.8** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**14.9** - A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

**14.10** - Em caso de divergência, em qualquer fase da licitação, entre o valor expresso em número e, posteriormente, expresso por extenso, **será considerado válido o valor por extenso**, independente a quem seja mais benéfico, excetuados os casos de conduta dolosa;

**14.11** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

**14.12** - É facultado a todas as empresas interessadas, a consulta aos autos do Processo Administrativo, na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, no Setor de Licitações, situado à Rua Vergueiro, 1759, 5º andar, Paraíso, no horário da 09h às 16h, com prévio agendamento por meio do telefone (11) 5908-4765 e mediante apresentação de solicitação por escrito assinada pelo representante da empresa, que tenha poderes para tanto, sendo esta solicitação arquivada nos autos do processo.

**14.12.1** - É **vedado** o agendamento de vistas para a data de abertura das propostas a fim de evitar tumulto e prejuízo ao certame.

**14.12.2** - Considerando o amplo acesso de todos os interessados aos autos do processo, não haverá fornecimentos de informação diversa da constante no edital ou complementar por qualquer meio de comunicação, seja telefone, fax, *email* ou similar.

**14.12.3** - Em caso de extração de cópias, a solicitação deve ser expressa nesse sentido e o custo será de responsabilidade do interessado.

**14.13** - Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no CRMV-SP;

**14.14** - Quaisquer informações sobre a presente licitação que se fizerem necessárias serão prestadas pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio até o **2º (segundo) dia útil** que anteceda a data fixada para a abertura da sessão pública do presente pregão eletrônico, através do endereço eletrônico: [luiz.clc@crmvsp.gov.br](mailto:luiz.clc@crmvsp.gov.br) ou [fabio.clc@crmvsp.gov.br](mailto:fabio.clc@crmvsp.gov.br) ou do telefone: **(11) 5908-4765**.

**14.14.1** - Relação de documentos para Habilitação (**ANEXO I**);

**14.14.2** - Termo de referência (**ANEXO II**);

**14.14.3** - Planilha de Custos Máximos (**ANEXO III**);

**14.14.4** - Índice de medição de resultados – IMR (**ANEXO IV**);

**14.14.5** - Estudo Técnico Preliminar (**ANEXO V**);

**14.14.6** - Modelo da Proposta Comercial (**ANEXO VI**);

**14.14.7** - Declaração em atendimento ao disposto no art. 27, inciso IV da Lei nº 8.666/93 (**ANEXO VII**);

**14.14.8** - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**ANEXO VIII**);

**14.14.9** - Minuta de contrato (**ANEXO IX**).

**14.15** - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da Licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro Federal da Subseção Judiciária de São Paulo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo/SP, 15 de janeiro de 2020.

**Fábio Gusen**  
Pregoeiro



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO I**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020**

**1 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**1.1** - Os interessados deverão apresentar os documentos, na ordem abaixo, no original, ou qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo pregoeiro ou sua equipe de apoio.

**1.2** - A habilitação da licitante será aferida por intermédio de documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira.

**1.3** - A **habilitação jurídica** será comprovada por:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de Eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b";
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

**1.3.1** - Não serão aceitas participações de empresas com sócios comuns.

**1.4** - A **regularidade fiscal e trabalhista** será atestada por:

- a) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**; da Licitante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- b) prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual** e **Cadastro de Contribuintes Municipal (CCM)** relativo à localidade da Licitante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- c) certidão de regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, com prazo de validade em vigor na data da abertura da proposta. Quando solicitada via Internet, sua aceitação ficará condicionada à verificação pelo CRMV-SP, de sua validade na Internet no endereço [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);
- d) prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Quando solicitada via Internet, sua aceitação ficará condicionada à verificação pelo CRMV-SP, de sua validade na Internet no endereço [www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br);
- e) certidão de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão de Regularidade de Débito do domicílio ou sede da proponente, ou outra prova equivalente, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor na data da licitação);
- f) certidão de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão de Regularidade de **Tributos Mobiliários** do domicílio ou sede da proponente, com prazo de validade em vigor na data da abertura da licitação);
- g) certidão de regularidade com a **Justiça do Trabalho** (Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT ou certidão positiva de débitos trabalhistas com efeitos de negativa), com prazo de validade em vigor na data da licitação.

**1.5** - A **qualificação Econômico-Financeira** será atestada por:

**1.5.1** - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão do Pregão.

**1.6** - A comprovação da habilitação Jurídica e regularidade fiscal e trabalhista (**Subitens nº 1.3 e 1.4 deste anexo**), conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

**1.6.1** - Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

**1.6.2** - Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a documentação ou certidão correspondente através do site oficial, ou na hipótese de se encontravencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **no prazo de 3 (três) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**1.7** - As licitantes, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a **qualificação técnica**, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado:

**1.7.1** - comprovação por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, com identificação da assinatura, demonstrando ter a licitante aptidão e qualificação para o desempenho das atividades pertinentes ao desenvolvimento do OBJETO do presente certame, compatível em característica e quantidade;

**1.7.1.1** - Pelo menos 1 (um) dos atestado(s) de capacidade técnica deverá comprovar experiência da licitante em publicações semelhantes com revisão ortográfica e das normas ABNT.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**1.8** - As licitantes, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

**1.8.1** - Declaração, subscrita por representante legal da licitante, atestando que:

**a)** **não utiliza mão-de-obra** direta ou indireta de **menores** de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93) (**ANEXO VII**);

**b)** preenche os requisitos legais para a **qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte** definidos pelo art. 3º Lei Complementar nº 123/2006 (**ANEXO VIII**);

**1.9** - O CRMV-SP se reserva o direito de verificar “in loco” a qualidade do serviço de que tratam os atestados referidos no subitem nº “1.7.1”.

**1.10** - O(s) atestado(s) mencionado(s) no subitem nº “1.7.1”, deverá(ão) conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico do CRMV-SP e poderá(ão) estar emitido(s) em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

**1.11** - Durante a análise dos documentos descritos neste Anexo, o pregoeiro realizará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Corregedoria Geral da União (CGU), através do endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br/ceis/](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/), aplicando-se, se o caso, o disposto no artigo 1º e seguintes, da Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2.010. A tela de consulta será impressa e arquivada nos autos do processo administrativo.

São Paulo/SP, 15 de janeiro de 2020.

**Fábio Gusen**  
Pregoeiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente termo tem por finalidade “a contratação de empresa especializada em serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z), do Informativo do CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019”, de acordo com as condições, quantitativos e especificações mínimas estabelecidas abaixo:

2 - DA JUSTIFICATIVA

2.1 - O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) é uma Autarquia Federal com 50 anos de existência, mas ainda há falta de conhecimento e/ou distorção na compreensão das competências, objetivos e benefícios do CRMV-SP, assim como da importância da fiscalização do exercício profissional.

Entre as atribuições do CRMV-SP está o zelo pelo exercício profissional, que não se limita à fiscalização. De acordo com a Lei 5.517/68, cabe ao Conselho também disciplinar e orientar os profissionais. Entende-se, portanto, que a difusão das melhores práticas e das tendências de mercado, assim como dos diversos campos de atuação, colabora para com o desenvolvimento profissional de médicos-veterinários e zootecnistas.

Faz parte, portanto, dos objetivos de comunicação, melhorar a interação com os públicos de interesse de forma continuada e transparente, e fornecer informação clara, útil e de fácil acesso, visando fortalecer o relacionamento com os registrados no Conselho, estudantes, coordenadores de curso de Medicina Veterinária e Zootecnia e governo.

É por meio do Relatório de Gestão, das publicações da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia, do Informativo do CRMV-SP e do Boletim da Apamvet, assim como de comunicações de suas campanhas por meio de cartazes e banners informativos, que o Conselho tenta cumprir esse papel de orientar, disciplinar e informar a classe sobre suas ações e atividades.

Portanto, há a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z), do Informativo do CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES E PRAZOS

LOTE ÚNICO		
ITEM Nº	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO
1.1	3 (três) edições	<p><b>SERVIÇO DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM VETERINÁRIA E ZOOTECNIA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- elaboração de <b>novo projeto gráfico</b> para a revista sob orientação da Assessoria de Comunicação do CRMV-SP;</li><li>- confecção da <b>ficha catalográfica</b> da publicação (coleção) e suas atualizações, quando necessário, e de cada edição, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente. A ficha catalográfica deve ser assinada por um bibliotecário responsável e deve conter sua matrícula no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia;</li><li>- revisão ortográfica e gramatical em <b>Português</b> (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) e em <b>Inglês</b> de todos os textos que compõem a revista (chamadas de capa, sumário, editorial, erratas, artigos, e resumos de trabalhos técnico-científicos, entre outros);</li><li>- revisão e padronização das <b>normas da ABNT</b> de artigos, referências bibliográficas e resumos de trabalhos técnico-científicos;</li><li>- <b>verificação e validação</b> de todas as referências bibliográficas, inserindo na diagramação hiperlink do Digital Object Identifier System (DOI) das mesmas, quando houver;</li><li>- uso de banco de imagens para a composição da capa da publicação;</li><li>- tratamento de imagens e fotografias;</li><li>- criação, quando solicitado, de ilustrações, ícones, e infografias (gráficos e tabelas);</li><li>- editoração, diagramação, layout e arte-final.</li></ul> <p><b>Especificações da Revista:</b></p> <p>Número de páginas: até 100 (cem) por edição (três edições por ano);</p> <p>Periodicidade: fluxo contínuo (quadrimestral);</p> <p>Publicação disponibilizada de forma digital em: <a href="https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz">https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz</a></p> <p>Formato: tamanho da página 21cmx29,7cm; colorida; fechamento em pdf pesquisável e com hiperlinks e em XML.</p> <p><b>Prazo de Execução da revisão e diagramação:</b></p> <p>O prazo para revisão, diagramação, verificação e validação de todas as referências, e entrega da primeira prova de cada artigo e/ou do total de resumos deve ser de até <b>7 dias corridos</b>, a partir do envio dos arquivos. As alterações solicitadas pela Assessoria de Comunicação do CRMV-SP diante das provas enviadas devem ser finalizadas pela EMPRESA CONTRATADA em até <b>2 (dois) dias corridos</b> a partir da solicitação. A versão final aprovada deverá ser entregue ao CRMV-SP em arquivo digital, em formato para ser inserido na internet (PDF e XML) e em formato aberto (In Design), com pacote de links e fontes.</p>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

1.2	3 (três) edições	<p><b><u>SERVIÇO DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO DO BOLETIM DA APAMVET:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- revisão ortográfica (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) e gramatical de todos os textos que compõem o Boletim da Apamvet;</li><li>- revisão das <b>normas da ABNT</b> de artigos, referências bibliográficas e resumos de trabalhos técnico-científicos;</li><li>- tratamento de imagens e fotografias;</li><li>- criação, quando solicitado, de ilustrações, ícones, e infografias (gráficos e tabelas);</li><li>- editoração, diagramação, layout e arte-final.</li></ul> <p><b><u>Especificações do Boletim:</u></b></p> <p>Número de páginas: até 24 (vinte e quatro); Periodicidade: quadrimestral; Formato: tamanho da página 21cmx29,7cm; colorida; fechamento em pdf pesquisável e com hiperlinks, quando houver.</p> <p><b><u>Prazo de Execução:</u></b></p> <p>Será de no <b>máximo 7 (sete) dias corridos</b>, contados do recebimento dos arquivos enviados pelo CRMV-SP por meio eletrônico até a entrega da versão final aprovada pela Assessoria de Comunicação do Conselho. As alterações solicitadas pela assessoria diante das provas enviadas devem ser finalizadas em até <b>1 (um) dia corrido</b>. A versão final aprovada deverá ser entregue ao CRMV-SP em arquivo digital em formato para ser inserido na internet (PDF em baixa resolução e sem marca de corte) e em formato aberto (In Design), com pacote de links e fontes</p>
1.3	1 edição	<p><b><u>SERVIÇO DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CRMV-SP 2019</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- adaptações e alterações, que se façam necessárias, no projeto gráfico e editorial inicial;</li><li>- revisão ortográfica e gramatical em Português (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) de todos os textos que compõem o relatório;</li><li>- <b>Tradução Português-Inglês</b> de todo o conteúdo do relatório e revisão;</li><li>- Revisão e padronização para as <b>normas da ABNT</b>;</li><li>- Atendimento a DN TCU 178/19 ou outra que a venha a substituir, e ao conceito de Relato Integrado;</li><li>- uso de banco de imagens para a composição da capa da publicação e páginas internas;</li><li>- tratamento de imagens e fotografias, se necessário;</li><li>- criação, quando solicitado, de ilustrações, ícones, e infografias;</li><li>- editoração, diagramação, layout e arte-final.</li></ul> <p><b><u>Especificações do Relatório de Gestão:</u></b></p> <p>Número de páginas: até 200 (duzentas) + capas; Publicação disponibilizada de forma digital Formato: tamanho da página 29,7cmx21cm; colorida; fechamento em pdf pesquisável e com hiperlinks, e menu de navegação.</p> <p><b><u>À empresa caberá apresentar:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- No prazo máximo de dez (dez) dias corridos após o envio dos arquivos, a primeira prova do relatório de gestão diagramado em sua <b>integralidade</b> para revisão e aprovação do CRMV-SP. Poderão ser solicitadas tantas alterações quanto forem necessárias até a aprovação final.</li></ul> <p><b><u>Prazo de Execução:</u></b></p> <p>Será de no <b>máximo 15 (dias) dias corridos</b>, contados do recebimento dos arquivos enviados pelo CRMV-SP por meio eletrônico até a entrega da <b>versão final aprovada</b> pela Assessoria de Comunicação do Conselho. As alterações solicitadas pela assessoria diante das provas enviadas devem ser finalizadas em até <b>1 (um) dia corrido</b>. A versão final aprovada deverá ser entregue ao CRMV-SP em arquivo digital no formato PDF (um arquivo em alta resolução e outro com até 50MB, conforme exigência do Tribunal de Contas da União) e em formato aberto (In Design) com pacote de links e fontes.</p>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

1.4	4 (quatro) edições	<p><b><u>SERVIÇO DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO DO INFORMATIVO DO CRMV-SP:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- revisão ortográfica (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) e gramatical de todos os textos que compõem o Informativo (incluindo chamadas de capa e notas);</li><li>- uso de banco de imagens para a composição da capa da publicação e ilustração de matérias internas (quando necessário e totalizando no máximo 25 imagens por edição);</li><li>- tratamento de imagens e fotografias;</li><li>- criação, quando solicitado, de ilustrações, inclusive para a capa, ícones, e infografias;</li><li>- editoração, diagramação, layout, arte-final, e acompanhamento gráfico (se necessário).</li></ul> <p><b><u>Especificações do Informativo:</u></b> Número de páginas: até 36 (trinta e seis); Periodicidade: Trimestral; Tamanho: 42cm X 28cm Aberto / 21cm X 28cm Fechado Cores: 4 X 4 Acabamento: grampos galvanizados em uma dobra</p> <p><b><u>Prazo de Execução:</u></b> A primeira versão revisada e diagramada deverá ser enviada em <b>no máximo 4 (quatro) dias corridos</b>, contados do envio dos arquivos pelo CRMV-SP por meio eletrônico. As alterações solicitadas pela assessoria diante das provas enviadas devem ser finalizadas em até <b>1 (um) dia corrido</b>. O prazo total para a execução e aprovação final do trabalho, contados a partir da data de envio dos arquivos pelo CRMV-SP por meio eletrônico, será de <b>10 (dez) dias corridos</b>. A versão final aprovada deverá ser entregue ao CRMV-SP em arquivo digital e em formato para impressão (PDF em alta resolução com marca de corte), em formato para ser inserido na internet (PDF em baixa resolução e sem marca de corte) e em formato aberto (In Design) com pacote de links e fontes.</p> <p><b><u>OBSERVAÇÕES:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Encaminhar em CD todos os arquivos solicitados, sem custos para o CRMV-SP, caso haja problemas técnicos com o download dos arquivos enviados por e-mail ou no acesso do FTP disponibilizado.</li><li>- Todo o material produzido, layout e arquivo digital, após a aprovação, pertencem ao CRMV-SP (<b>inclusive os direitos autorais</b>), podendo ser utilizados, inclusive, como arquivo digital no Portal ou reimpressos a qualquer momento, sem que isso implique qualquer forma de ônus para o CRMV-SP.</li><li>- Promover alterações parciais ou integrais na diagramação e na editoração eletrônica, sempre que justificadamente solicitadas pelo CRMV-SP, sem ônus para este último.</li></ul>
-----	--------------------	---

#### 4 - DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

**4.1** - Para garantir a qualidade e agilidade à sua atuação, é imprescindível para o CRMV-SP o atendimento especializado por profissionais com formação compatível aos serviços do objeto deste Termo de Referência. A relação de profissionais abaixo é a exigida para o pleno desenvolvimento das atividades:

- a) Revisor (a) de Língua Portuguesa;
- b) Tradutor (a) e Revisor (a) de Inglês;
- c) Revisor (a) das normas da ABNT.

**4.2** - As comprovações do subitem nº "4.1" se dará da seguinte maneira:

- a) **Vínculo:** por meio de cópia carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços ou contrato social da EMPRESA CONTRATADA comprovando que o profissional integra o seu quadro de sócios;
- b) **Experiência profissional:** por meio cópia de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público e/ou privado, e/ou carteira de trabalho, que comprovem que os profissionais da equipe detenham a experiência profissional exigida neste termo.

**4.3** - As comprovações de que tratam os subitens nº "4.2" se dará no ato da assinatura do contrato, mediante apresentação dos documentos arrolados nas alíneas do referido subitem.

**4.3.1** - A não apresentação dos documentos solicitados no subitem nº "4.2", e/ou sua apresentação em desacordo com este termo, implicará na desclassificação da EMPRESA CONTRATADA, bem como, estará sujeita às penalidades previstas no Edital.

**4.3.2** - Apresentar os documentos solicitados no subitem nº "4.2", em cópia autenticada por cartório competente, ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo CRMV-SP;

**4.4** - Na hipótese de ser necessária a substituição do(s) profissional(is) durante a vigência do contrato, seja qual for o motivo alegado, fica a EMPRESA CONTRATADA obrigada encaminhar a documentação do novo profissional para aprovação do CRMV-SP.

#### 5 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

**5.1** - O prazo de execução deverá obedecer ao estipulado no Item nº "1" do presente termo.

#### 6 - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**6.1** - O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura.

**6.2** - O contrato poderá ser prorrogado a cada de 12 (doze) meses até o limite de 60 (sessenta) meses, caso seja autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

- a) quando os serviços forem prestados regularmente;
- b) a EMPRESA CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;
- c) a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
- d) o valor deste instrumento permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

e) a EMPRESA CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

**7 – DO REAJUSTE**

**7.1** - Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, os valores poderão ser reajustados, alcançando a data da formulação da proposta e aplicando-se o índice IPC-A (IBGE) acumulado no período, a requerimento da EMPRESA CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

**8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1** - A EMPRESA CONTRATADA se obriga a:

- a) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste termo em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que ensejaram sua habilitação, na fase licitatória, e naquelas exigidas na fase de contratação apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato algum documento perder a validade;
- c) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações ou demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou de qualquer de seus colaboradores e/ou prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato;
- d) Em nenhuma hipótese, a EMPRESA CONTRATADA poderá veicular publicidade acerca dos serviços contratados ao CRMV-SP, a não ser que haja prévia e expressa autorização;
- e) Executar fielmente o objeto deste termo dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todos os critérios técnicos especificados, bem como a qualidade exigida, cumprindo, assim, todas as especificações estabelecidas na proposta;
- f) Refazer, sem custo para o CRMV-SP, todo e qualquer procedimento dentro do objeto deste termo se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA;
- g) Submeter-se à fiscalização por parte do CRMV-SP, acatando as determinações e especificações contidas neste termo.
- h) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus colaboradores quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos;
- i) Comunicar imediatamente ao Gestor/Fiscal do contrato, quaisquer fatos ou anormalidades que possam prejudicar o bom andamento e/ou o resultado final dos serviços;
- j) Comunicar imediatamente ao CRMV-SP qualquer alteração ocorrida no seu endereço, telefone, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência e afins;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- l) Manter-se informada e atualizada sobre as atividades do CRMV-SP, bem como gerenciar e manter, com recursos e meio próprios, a ida de seus representantes às reuniões, quando necessário;
- m) Iniciar a prestação dos serviços, com todas as exigências estipuladas imediatamente após a assinatura do contrato;
- n) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CRMV-SP, por escrito, via e-mail e em formato impresso;
- o) Fornecer todos os equipamentos imprescindíveis para o bom desenvolvimento do trabalho dos profissionais;
- p) Guardar o mais absoluto sigilo com relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou inadequada utilização;
- q) Reconhecer que, por força de contrato, todo e qualquer trabalho realizado ou devolvido relacionado ao objeto deste termo será de exclusiva propriedade do CRMV-SP.

**8.2** - O CRMV-SP se obriga a:

- a) Proceder o pagamento na forma e no prazo pactuados;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da Lei nº 7.666/93;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;
- d) Notificar, por escrito, à EMPRESA CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Notificar, por escrito, a EMPRESA CONTRATADA, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- f) Colocar à disposição da EMPRESA CONTRATADA eventuais documentos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, assim como as informações;
- g) Fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
- h) Observar para que durante toda a vigência do contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação;
- i) Assegurar o livre acesso dos colaboradores ou de terceiros da EMPRESA CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- j) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da EMPRESA CONTRATADA;
- k) Colocar o contato entre os funcionários da equipe EMPRESA CONTRATADA e os profissionais ligados ao CRMV-SP, Diretoria Executiva, conselheiros, membros de comissões, entre outros;
- l) Aprovar previamente todo o material elaborado pela EMPRESA CONTRATADA.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**9 - DO LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS/MATERIAIS**

**9.1** - A entrega dos serviços desta licitação deverá ocorrer na Sede do CRMV-SP, localizada na Rua Vergueiro, 1759/1753, Paraíso, São Paulo/SP, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, onde será feito o recebimento provisório.

**9.2** - Os arquivos e links para download dos serviços deverão ser enviados ao email da Assessoria de Comunicação do CRMV-SP ([comunicacao@crmvsp.gov.br](mailto:comunicacao@crmvsp.gov.br)).

**10 - DO RECEBIMENTO**

**10.1** - Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

- a) provisoriamente**, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações; e
- b) definitivamente**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto entregue e consequente aceitação, observado o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

**10.2** - Constatadas irregularidades nos serviços entregues, o CRMV-SP poderá:

- a)** se disser respeito a sua especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - a1)** na hipótese de substituição, a EMPRESA CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação do CRMV-SP, no prazo máximo de 1 (um) dia corrido.
- b)** se disser respeito a diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - b1)** na hipótese de complementação, a EMPRESA CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação do CRMV-SP, no prazo máximo de 1 (um) dia corrido.

**11 - DO PAGAMENTO**

**11.1** - O pagamento será feito pelo CRMV-SP através de depósito bancário em conta corrente da EMPRESA CONTRATADA em agência bancária indicada, até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitivo de cada edição, mediante a apresentação de nota fiscal competente contendo a discriminação dos mesmos, bem como o valor unitário, total e global.

**11.1.1** - O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis** após o recebimento definitivo do objeto, quando o valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais); e
- b) 10 (dez) dias úteis** após o recebimento definitivo do objeto, quando o valor total for superior a R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

**11.1.2** - A CONTRATADA considerará também o resultado obtido no Instrumento de Medição de Resultados – IMR (**ANEXO IV**), para emissão da Nota Fiscal, sob o valor correspondente ao período, após ajustar o valor total apurado caso a meta não seja cumprida.

**11.1.3** - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura e/ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a EMPRESA CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal/trabalhista, não acarretando qualquer ônus para o CRMV-SP.

**11.1.4** - A consulta relativa à regularidade fiscal/trabalhista, exigida quando na habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo o resultado ser juntado ao processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

**11.1.4.1** - Constatando-se a situação de irregularidade fiscal/trabalhista da EMPRESA CONTRATADA, será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CRMV-SP;

**11.1.4.2** - Persistindo a irregularidade, o CRMV-SP deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a EMPRESA CONTRATADA a ampla defesa.

**11.1.5** - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta a EMPRESA CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**11.1.6** - Ao CRMV-SP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**11.1.7** - Os pagamentos a serem efetuados em favor da EMPRESA CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

**11.1.7.1** - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o artigo nº 64 da Lei nº 9.340, de 27 de dezembro de 1996;

**11.1.7.2** - Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

**11.1.7.3** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

**11.1.8** - Respeitando as condições previstas neste termo, em caso de atraso de pagamento, motivado pelo CRMV-SP, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para pagamento, tendo como base a taxa referencial pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$AF = (1 + TR/100) N/30 - 1 \times VP$ ; onde:

TR = Percentual atribuído a taxa referencial;

AF = Atualização Financeira;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**11.1.9** - O CRMV-SP efetuará o(s) depósito(s) somente a EMPRESA CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros.

**12 – DAS SANÇÕES**

**12.1** - Além das sanções previstas no artigo nº 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, serão cominadas as seguintes penas, podendo haver aplicação cumulativa de sanções;

**12.1.1** - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CRMV-SP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à EMPRESA CONTRATADA as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato em caso de atraso na execução dos serviços e/ou na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias corridos. Após o décimo dia e a critério do CRMV-SP, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**c)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "b", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**d)** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**12.1.2** - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do serviço e/ou fornecimento, exceto a prevista na alínea "d".

**12.1.3** - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à EMPRESA CONTRATADA.

**12.1.3.1** - Se o valor a ser pago à EMPRESA CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a EMPRESA CONTRATADA obrigada a recolher a diferença devida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial;

**12.1.3.2** - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela EMPRESA CONTRATADA ao CRMV-SP, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** - As despesas decorrentes da execução do objeto deste termo estão previstas no orçamento do exercício e correrão à conta do elemento despesa nº **6.2.2.1.1.01.02.02.006.074 (serviços gráficos e editoriais - PJ)**, no Orçamento do Programa de 2020, com a dotação orçamentária destacada para esta finalidade.

**14 - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO**

**14.1** - No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. nº 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

**14.2** - A EMPRESA CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

**15 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** - Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo.

**16 - DA DECLARAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS OU SINGULARES**

**16.1** - Em atendimento ao Decreto 5.450/2005 - Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será **obrigatória** a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

**16.2** - Declaramos para os devidos fins que os serviços/bens a serem adquiridos são de natureza comum, conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2º, § 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

**17 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**17.1** - Enquadra-se a prestação de serviço de diagramação e revisão da revista, boletim da APAMVET, relatório de gestão e informativo, como serviço de natureza continuada, nos termos do art. 15º, da IN 05/2017.

*"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."*

**18 - DA ELABORAÇÃO**

**18.1** - Este Termo de Referência foi elaborado pelo Setor de Comunicação, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração do CRMV-SP.

São Paulo, 15 de janeiro de 2020.

**Laís Domingues**  
Coordenadora de Comunicação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020  
Processo Administrativo nº 05/2020

PLANILHA DE CUSTO (MÁXIMOS)

LOTE ÚNICO				
ITENS Nº	OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (MÁXIMO) POR EDIÇÃO *	VALOR TOTAL (MÁXIMO) *
1.1	Diagramação e revisão da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP.	3 edições	R\$ 8.280,00	R\$ 24.840,00
1.2	Diagramação e revisão do Boletim da APAMVET.	3 edições	R\$ 3.573,00	R\$ 10.719,00
1.3	Diagramação e revisão do Relatório de Gestão de 2019.	1 edição	R\$ 10.290,00	R\$ 10.290,00
1.4	Diagramação e revisão do Informativo do CRMV-SP.	4 edições	R\$ 3.704,00	R\$ 14.816,00
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE				R\$ 60.665,00

(\*) Os valores (unitários e totais) deverão ser expressos em reais, com no máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO IV**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**  
**Processo Administrativo nº 05/2020**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

- 1** - O Instrumento de Medição de Resultados - IMR é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas pelo Fiscal do contrato ou por outro funcionário designado pelo CONTRATANTE, para realizar esta avaliação.
- 2** - Dessa forma, busca-se incluir critérios de desempenho para serviços de revisão, tradução e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z) do CRMV-SP, Informativo CRMV-SP, Boletim Apamvet e Relatório de Gestão 2019, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
- 3** - A medição de resultados será obtida por meio de avaliações periódicas efetuadas pelo Fiscal do contrato.
- 4** - Ao final de cada período, o CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA.
- 5** - A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE, também pelo mesmo período, contados a partir do recebimento da contestação.
- 6** - Avaliação periódica:
- a)** A avaliação periódica será executada pelo Fiscal do contrato ou por outro funcionário designado pelo Conselho, no qual será o responsável pela realização da medição e avaliação;
  - b)** O Fiscal do contrato ou outro funcionário designado pelo CONTRATANTE, registrará todas as ocorrências dos serviços fracassados, imediatamente ou até cinco dias úteis após ter findado o prazo de entrega da demanda, para o cálculo do IMR;
  - c)** A avaliação deverá ter periodicidade sob demanda e será baseada em indicadores, conforme as tabelas abaixo:

Indicadores para mediação de resultados - IMR	
Finalidade	Garantir o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação dos serviços com qualidade
Meta a cumprir	95% dos serviços executados no modo especificado no contrato e termo de referência
Instrumento de medição	Tabela de pontuação de ocorrências
Forma de acompanhamento	Verificar as ocorrências efetuando o devido registro das mesmas para apuração total em até cinco dias úteis após o final do prazo de entrega da demanda
Periodicidade	Sob demanda
Mecanismo de cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do prazo de execução e entrega da demanda, conforme tabela de pontuação
Início de vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de glosa no pagamento	Até 2 pontos = 100% da fatura (não há glosa, apenas advertência) De 3 a 5 pontos = 97% da fatura (glosa de 3% sobre o valor da NF) Acima de 5 pontos = 95% da fatura (glosa de 5% sobre o valor da NF)
Sanções	Multa de 10% sobre o valor da fatura, além da glosa no pagamento, para pontuações iguais ou superiores a 10 pontos.

Tabela de pontuação de ocorrências				
Ocorrências	Aferição	Pontuação	Nº de ocorrências no período	Pontuação total
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por funcionário que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3		
Deixar de cumprir os prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela fiscalização.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2		



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Problemas no atendimento à Assessoria de Comunicação.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
Deixar de cumprir parcialmente os serviços solicitados por publicação.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2		
Não entrega das alterações e ajustes solicitados dentro dos prazos estabelecidos.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
Ocorrências de erros de tradução, padronização das normas da ABNT e/ou verificação e validação de referências.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2		

**7** - O relatório da medição de resultados deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluir a documentação correspondente.

**a)** Caso a meta não seja cumprida, o relatório de medição de resultados será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.

**8** - As eventuais justificativas, referente às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao funcionário do CONTRATANTE responsável pela fiscalização do contrato.

**9** - Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

**10** - A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções à serem previstas no contrato.

São Paulo, 15 de janeiro de 2020.

**Laís Domingues**  
Coordenadora de Comunicação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO V**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**  
**Processo Administrativo nº 05/2020**

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Órgão	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo – CRMV-SP
Setor Requisitante	Assessoria de Comunicação
Responsável pela demanda	Laís Domingues
Coordenação	Laís Domingues

O objetivo do presente estudo preliminar é demonstrar as características dos serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z) – reconhecida como veículo de divulgação técnico-científico pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) por meio da Resolução nº 689/01; do Informativo do CRMV-SP; e do Boletim da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), publicações voltadas à orientação dos profissionais médicos-veterinários e zootecnistas; e dos serviços de revisão, tradução e diagramação do Relatório de Gestão 2019, relato integrado nos moldes da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 178/19, ou outra que a venha a substituir, voltado à prestação de contas anual ao TCU.

Além disso, verificar as opções de contratação existentes no mercado e as práticas adotadas, anteriormente, pelo Conselho, pela Administração Pública e pelo mercado editorial, visando atender a fase essencial de planejamento da contratação.

Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos, conforme orientação da SEGES/MPOG que, por meio da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, definiu regras na instrução processual para contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública, esfera na qual encontra-se incluído o CRMV-SP.

Assim, o presente trabalho aponta não apenas os estudos preliminares realizados pela equipe de Planejamento da Contratação que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos, conforme artigos 20 e 26 da referida instrução, observados os demais parágrafos.

**DIRETRIZES GERAIS**

Diretrizes gerais para a elaboração dos estudos preliminares	Item 2 do anexo III da IN nº 5/2017
Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados	Letra “a” do item 2 do anexo III da IN nº 5/2017
Análise da contratação anterior	Letra “b” do item 2 do anexo III da IN nº 5/2017 Instrução Normativa MPDG/SG n.º 5, de 26 de maio de 2017
Diploma legal	Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
	Decreto n.º 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns. Decisão Normativa TCU nº 178/2019, que dispõe acerca das prestações de contas anuais da Administração Pública Federal referentes ao exercício de 2019, que devem ser apresentadas em 2020, especificando a forma, os elementos de conteúdo, as unidades que devem prestar contas e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa-TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

**1. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR**

**1.1.** As contratações anteriores dos serviços para a Revista mv&z, para o Informativo CRMV-SP e para o Boletim da Apamvet realizadas por meio dos Pregões Eletrônicos n.º 026/2016, n.º 022/2017 e n.º 011/2018; e para o Relatório de Gestão realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 011/2018, pautaram-se na revisão e diagramação das publicações, de acordo com os as exigências e prazos para execução pré-determinados pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo.

**1.2.** A empresa contratada (Tikinet Edição LT EPP), cujo contrato vigorará até o dia 25/03/2020, vem executando os serviços conforme especificado em contrato e não há nenhum registro de ocorrências.

**1.3.** Para a definição das diretrizes que serão utilizadas no processo licitatório visando a melhoria na contratação do serviço de revisão e diagramação, assim como de tradução, no caso do Relatório de Gestão, foi utilizado como parâmetro o último edital de contratação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

realizado pelo CRMV-SP, bem como editais de licitação de outros órgãos, ajustados as necessidades atuais do Regional e as novas práticas das publicações técnicas-científicas.

**1.4.** A forma de contratação foi por pregão eletrônico, devendo ser mantido o formato, visando oportunizar maior competitividade, promover maior transparência, reduzir os custos do processo e ampliar a segurança na condução do processo licitatório.

**1.5.** A contratação anterior previu a elaboração de uma edição especial do Informativo CRMV-SP, com maior número de página (40 páginas) e um pôster interno, o que não será mantido no novo certame, pois já se encerraram a campanha institucional voltada a celebrar os 50 anos de criação do Regional.

**1.6.** A contratação anterior previu a elaboração de um projeto gráfico e editorial para o Relatório de Gestão, uma vez que se tratava da primeira edição no novo formato de Relato Integrado, o que não será mantido na nova contratação.

**1.7.** Não foi prevista a elaboração de novo projeto gráfico para a Revista mv&z para fluxo contínuo e formato digital, assim como a confecção de sua ficha catalográfica; a verificação e validação de referências bibliográficas; e o fechamento de arquivos individuais tanto em PDF, como anteriormente, quanto em XML o que será solicitado no novo certame de forma que a publicação dê continuidade a sua profissionalização, adaptando-se as novas práticas do mercado editorial técnico-científico, as diretrizes de Ciência Aberta e às exigências dos indexadores nacionais e internacionais.

**1.8.** Não foi prevista a tradução português-inglês do Relatório de Gestão, serviço que será desta vez demandado de forma a ampliar o alcance e o acesso da publicação entre os profissionais estrangeiros registrados neste Conselho, assim como facilitar as buscas por informações por instituições de outros países que tenham interesse na Medicina Veterinária e Zootecnia paulistas, como universidades e institutos de pesquisa, por exemplo.

**1.9.** Não foi prevista a fiscalização do contrato de forma efetiva com aplicação de pesquisa e gradação de aplicação de penalidade em caso de descumprimento.

## **2. DA NOVA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Incluir a elaboração de novo projeto gráfico para a Revista mv&z para fluxo contínuo e formato digital, assim como a confecção de sua ficha catalográfica; a verificação e validação de referências bibliográficas; e o fechamento de arquivos individuais tanto em PDF, como anteriormente, quanto em XML, de forma que a publicação dê continuidade a sua profissionalização, adaptando-se as novas práticas do mercado editorial técnico-científico, as diretrizes de Ciência Aberta e às exigências dos indexadores nacionais e internacionais.

**2.2.** Incluir a tradução português-inglês do Relatório de Gestão de forma a ampliar o alcance e o acesso da publicação entre os profissionais estrangeiros registrados neste Conselho, assim como facilitar as buscas por informações por instituições de outros países que tenham interesse na Medicina Veterinária e Zootecnia paulistas, como universidades e institutos de pesquisa, por exemplo.

**2.3.** Incluir previsão de fiscalização do contrato de forma efetiva com aplicação de pesquisa e gradação de aplicação de penalidade em caso de descumprimento.

<b>DIRETRIZES ESPECÍFICAS</b>	
Diretrizes específicas	Item 3.1 do anexo III da IN nº 5/2017
Identificação da necessidade da contratação	Letra "a" do item 3.1 do anexo III da IN nº 5/2017
Referência aos instrumentos de planejamento estratégico do CRMV-SP	Letra "b" do item 2 do anexo III da IN nº 5/2017

## **3. DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS**

**3.1.** A Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z) foi criada pelo CRMV-SP em 1998 com o objetivo de levar conhecimento a médicos-veterinários e zootecnistas por meio da publicação de artigos acadêmicos elaborados por profissionais brasileiros e estrangeiros, sendo reconhecida como veículo de divulgação técnica-científica pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) por meio da Resolução nº 689, de 25 de julho de 2001.

**3.2.** Já o Informativo CRMV-SP foi inicialmente lançado como Boletim do CRMV-4 em abril de 1978 e em 1992 passou a ser assim denominado. Considerado em decisão de Reunião Plenária Ordinária como publicação oficial do Regional, traz comunicados de decisões de processos éticos, prestação de contas, número de fiscalizações realizadas no período, assim como agenda de eventos e matérias de interesse para as classes.

**3.3.** O Boletim da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet) é mantido por meio de convênio estabelecido entre o Conselho e a Academia. Outra forma de estimular o conhecimento acadêmico e a atualização profissional. Em contrapartida ao serviço de diagramação do boletim, a Apamvet auxilia na revisão dos trabalhos técnico-científicos a serem disponibilizados na Revista mv&z.

**3.4.** O Relatório de Gestão anual é um relato integrado voltado à prestação de contas anuais da Administração Pública Federal ao Tribunal de Contas da União (TCU). A Decisão Normativa TCU nº 178/2019 dispõe acerca das prestações de contas anuais referentes ao exercício de 2019, que devem ser apresentadas em 2020, especificando a forma, os elementos de conteúdo, as unidades que devem prestar contas e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa-TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

**3.5.** O objetivo principal das publicações é a melhoria da comunicação entre os profissionais e o Conselho, de forma a promover sua educação continuada e diminuir o número de processos éticos. Dentre seus resultados positivos, merecem destaque:

- Transparência ativa das despesas, receitas, ações e projetos do CRMV-SP;
- Orientação dos profissionais quanto às novas resoluções e normativas;
- Atualização dos profissionais com relação às melhores práticas e novas tecnologias;
- Maior integração entre profissionais e o Conselho;
- Aumento na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

## **4. DA IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**4.1.** A publicação da Revista mv&z, do Informativo CRMV-SP e do Boletim da Apamvet é facultativa, sendo mantida por decisão de Plenária. Contudo, vale ressaltar que faz parte da missão do Conselho, conforme as leis nº 5.517/68 e 5.550/68, a orientação e a normatização dos serviços médico-veterinários e zootécnicos, sendo que as publicações mostram-se até o momento essenciais para a disseminação das boas práticas e do conhecimento relacionado às profissões.

**4.2.** Já a publicação do Relatório de Gestão 2019 é obrigatória, conforme Decisão Normativa TCU nº 178/2019, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63.

**4.3.** Diante da decisão de manter as publicações oficiais da instituição e o convênio com a Apamvet, e cumprir a Decisão Normativa do TCU, o CRMV-SP necessita contratar empresa prestadora de serviços de revisão e diagramação para a Revista mv&z, para o Informativo CRMV-SP e para o Boletim da Apamvet, e de serviços de revisão, tradução e diagramação do Relatório de Gestão 2019.

**5. DA REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CRMV-SP**

**5.1.** Para a realização da contratação foram avaliados os seguintes documentos:

**5.1.1.** Planejamento Estratégico CRMV-SP - Mapa Estratégico

(disponível em <http://crmvp-sp.implanta.net.br/portalttransparencia/#publico/Conteudos?id=1f1e6bd9-552d-4ce6-8e54-c9eef6beb485>)

**5.1.2.** Relatório de Gestão CRMV-SP – 2018

(disponível em [https://www.crmv-sp.gov.br/arquivo\\_midia/RELATORIO\\_DE\\_GESTAO\\_CRMV\\_SP\\_2018.pdf](https://www.crmv-sp.gov.br/arquivo_midia/RELATORIO_DE_GESTAO_CRMV_SP_2018.pdf))

**5.1.3.** Planejamento gestão e controle orçamentário – 2019 e 2020, que dispõem de recursos orçamentários para despesas com os serviços de revisão, tradução e diagramação das publicações na rubrica 6.2.2.1.1.01.02.02.006 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, elemento despesa nº 6.2.2.1.1.01.02.02.006.074 – Serviços Gráficos e Editoriais.

**REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Requisitos da contratação	Item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017
Requisitos necessários ao atendimento da necessidade	Letra “a” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017
Definição e justificativa da natureza continuada do serviço	Letra “b” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017
Duração do contrato	Letra “d” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017
Necessidades de adequação e transição contratual	Letra “e” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017
Soluções de mercado	Letra “f” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017

**6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A empresa contratada deverá prestar os serviços de revisão e diagramação da Revista mv&z, prevendo:

**6.1.1.** Três edições quadrimestrais de até 100 (cem) páginas em fluxo contínuo;

**6.1.2.** A elaboração de novo projeto gráfico para a revista sob orientação da Assessoria de Comunicação do CRMV-SP;

**6.1.3.** A confecção da ficha catalográfica da publicação (coleção) e suas atualizações, quando necessário, e de cada edição, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente, assinada por um bibliotecário responsável e devendo conter sua matrícula no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia;

**6.1.4.** A revisão ortográfica e gramatical em português (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) e em inglês de todos os textos que compõem a revista;

**6.1.5.** A revisão e padronização das normas da ABNT de artigos, referências bibliográficas e resumos de trabalhos técnico-científicos;

**6.1.6.** A verificação e validação de todas as referências bibliográficas, inserindo na diagramação hiperlink do Digital Object Identifier System (DOI) das mesmas, quando houver;

**6.1.7.** O uso de banco de imagens para a composição da capa da publicação;

**6.1.8.** O tratamento de imagens e fotografias;

**6.1.9.** A criação, quando solicitado, de ilustrações, ícones, e infografias (gráficos e tabelas);

**6.1.10.** A editoração, diagramação, layout e arte-final.

**6.1.11.** O prazo de até 7 (sete) dias corridos, a partir do envio dos arquivos, para revisão, diagramação, verificação e validação de todas as referências, e entrega da primeira prova de cada artigo e/ou do total de resumos da Revista mv&z.

**6.1.12.** A finalização das alterações solicitadas pela Assessoria de Comunicação do CRMV-SP diante das provas enviadas da Revista mv&z em até 2 (dois) dias corridos a partir da solicitação.

**6.1.13.** A entrega da versão final aprovada de cada artigo e de cada resumo (simples ou estendido) da Revista mv&z em arquivo digital, em formato 21cm x 29,7cm e colorido, para ser inserido na internet (PDF pesquisável com hiperlinks e XML) e em formato aberto (In Design), com pacote de links e fontes.

**6.2.** A empresa contratada deverá prestar os serviços de revisão e diagramação do Boletim da Apamvet, prevendo:

**6.2.1.** A revisão ortográfica (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) e gramatical de todos os textos que compõem o Boletim da Apamvet;

**6.2.2.** Três edições quadrimestrais de até 24 (vinte e quatro) páginas;

**6.2.3.** A revisão das normas da ABNT de artigos, referências bibliográficas e resumos de trabalhos técnico-científicos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

- 6.2.4.** O tratamento de imagens e fotografias;
- 6.2.5.** A criação, quando solicitado, de ilustrações, ícones, e infografias (gráficos e tabelas);
- 6.2.6.** A editoração, diagramação, layout e arte-final.
- 6.2.7.** O prazo de até 7 (sete) dias corridos, a partir do envio dos arquivos pela Apamvet, para revisão, diagramação, e entrega da versão final aprovada do Boletim da Apamvet.
- 6.2.8.** A finalização das alterações solicitadas pela Apamvet diante das provas enviadas do Boletim da Apamvet em até 2 (dois) dias corridos a partir da solicitação.
- 6.2.9.** A entrega da versão final aprovada em arquivo digital, em formato 21cm x 29,7cm, colorido, para ser inserido na internet (PDF pesquisável com hiperlinks em baixa resolução e sem marca de corte) e em formato aberto (In Design), com pacote de links e fontes.
- 6.3.** A empresa contratada deverá prestar os serviços de revisão e diagramação do Informativo CRMV-SP, prevendo:
- 6.3.1.** Quatro edições trimestrais de até 36 (trinta e seis) páginas;
- 6.3.2.** A revisão ortográfica (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) e gramatical de todos os textos que compõem o Informativo (incluindo chamadas de capa e notas);
- 6.3.3.** O uso de banco de imagens para a composição da capa da publicação e ilustração de matérias internas (quando necessário e totalizando no máximo 25 imagens por edição);
- 6.3.4.** O tratamento de imagens e fotografias;
- 6.3.5.** A criação, quando solicitado, de ilustrações, inclusive para a capa, ícones, e infografias;
- 6.3.6.** A editoração, diagramação, layout, arte-final, e acompanhamento gráfico (se necessário).
- 6.3.7.** O prazo de até 4 (quatro) dias corridos para a entrega da primeira versão revisada e diagramada do Informativo CRMV-SP, contados do envio dos arquivos.
- 6.3.8.** A finalização das alterações solicitadas pela Assessoria de Comunicação do CRMV-SP diante das provas enviadas em até 1 (um) dia corrido.
- 6.3.9.** O prazo total para a execução e aprovação final do Informativo CRMV-SP, contados a partir da data de envio dos arquivos, de 10 (dez) dias corridos.
- 6.3.10.** A entrega da versão final aprovada do Informativo CRMV-SP em arquivo digital e em formato para impressão (Tamanho: 42cm x 28 cm Aberto / 21cm x 28 cm Fechado; colorido; PDF em alta resolução com marca de corte), em formato para ser inserido na internet (PDF em baixa resolução e sem marca de corte) e em formato aberto (In Design) com pacote de links e fontes.
- 6.4.** A empresa contratada deverá prestar os serviços de revisão, tradução e diagramação do Relatório de Gestão 2019, prevendo:
- 6.4.1.** Adaptações e alterações, que se façam necessárias, no projeto gráfico e editorial inicial (2018);
- 6.4.2.** A revisão ortográfica e gramatical em Português (seguindo as regras da nova ortografia da Língua Portuguesa) de todos os textos que compõem o relatório;
- 6.4.3.** A tradução Português-Inglês de todo o conteúdo do relatório e revisão;
- 6.4.4.** A revisão e padronização para as normas da ABNT;
- 6.4.5.** O Atendimento a DN TCU 178/19 ou outra que a venha a substituir, e ao conceito de Relato Integrado;
- 6.4.6.** O uso de banco de imagens para a composição da capa da publicação e páginas internas;
- 6.4.7.** O tratamento de imagens e fotografias, se necessário;
- 6.4.8.** A criação, quando solicitado, de ilustrações, ícones, e infografias;
- 6.4.9.** A editoração, diagramação, layout e arte-final.
- 6.4.10.** Uma edição de até 200 páginas.
- 6.4.11.** O prazo de no máximo 10 (dez) dias corridos, a partir do envio dos arquivos, para a entrega da primeira prova do relatório de gestão diagramado em sua integralidade para aprovação do CRMV-SP.
- 6.4.12.** O prazo de no máximo 15 (dias) dias corridos para a entrega final, contados do envio dos arquivos até a entrega da versão final aprovada pela Assessoria de Comunicação do Conselho.
- 6.4.13.** A finalização das alterações solicitadas pela Assessoria de Comunicação do Conselho, diante das provas enviadas, em até 1 (um) dia corrido.
- 6.4.14.** A entrega da versão final aprovada em arquivo digital no formato tamanho 29,7cmx21cm; colorido; pesquisável, com hiperlinks, e menu de navegação; em PDF (um arquivo em alta resolução e outro com até 50MB, conforme exigência do Tribunal de Contas da União) e em formato aberto (In Design) com pacote de links e fontes.
- 6.5.** Os arquivos que irão compor as publicações serão enviados pela Assessoria de Comunicação do CRMV-SP por meio de arquivo eletrônico (nos formatos doc., xls., ou Libre Office; jpg., png. e pdf. ou similares);
- 6.6.** A empresa contratada deverá promover alterações parciais ou integrais da diagramação e na editoração eletrônica, sempre que justificadamente solicitadas pelo CRMV-SP, sem ônus para o último, quantas vezes forem necessárias;
- 6.7.** Os serviços serão contratados por meio de processo licitatório na modalidade de pregão, na forma eletrônica (tipo menor preço).

**7. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

- 7.1.** Para garantir a qualidade e agilidade à sua atuação, é imprescindível para o CRMV-SP o atendimento especializado por profissionais com formação compatível aos serviços. A relação de profissionais abaixo é a exigida para o pleno desenvolvimento das atividades:
- a)** Revisor (a) de Língua Portuguesa;
  - b)** Tradutor(a) e Revisor (a) de Inglês;
  - c)** Revisor (a) das normas da ABNT.
- 7.2.** Deverá ser comprovado vínculo dos profissionais com a empresa contratada por meio de cópia carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços ou contrato social comprovando que o profissional integra o seu quadro de sócios.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**7.3.** Deverá ser comprovada experiência dos profissionais na execução do tipo de serviço proposto por meio cópia de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público e/ou privado, e/ou carteira de trabalho, que comprovem que os profissionais da equipe detenham a experiência profissional exigida neste termo.

**7.4.** Na hipótese de ser necessária a substituição do(s) profissional(is) durante a vigência do contrato, seja qual for o motivo alegado, fica a empresa contratada obrigada a encaminhar a documentação do novo profissional para aprovação do CRMV-SP.

**8. DA DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO**

**8.1.** Os serviços serão prestados de forma contínua visando atender e dar continuidade às publicações institucionais, que já vêm sendo produzidas há décadas pelo CRMV-SP, e ao Relatório de Gestão, exigido anualmente pelo Tribunal de Contas da União, por mais de um exercício financeiro, assegurando a periodicidade dos itens a serem disponibilizados aos profissionais, conforme registro em indexadores nacionais e internacionais conquistados, e ao órgão de controle, assim como a prestação de contas e a transparência ativa à sociedade e aos profissionais, e as ações de educação continuada proporcionadas visando o cumprimento da atividade finalística de orientação às classes, conforme estabelece a Lei nº 5.517/68.

**8.2.** O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.

**8.3.** A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e o CRMV-SP, vedando-se qualquer relação, entre esses, que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**9. DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data de sua assinatura.

**10. DA NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Quanto à transição contratual, foi identificada a necessidade de a contratada ceder os direitos autorais dos materiais produzidos, layout e arquivos digitais, de forma que os mesmos passem a pertencem ao CRMV-SP, podendo ser alterações e/ou utilizados, inclusive, como arquivo digital no portal da instituição ou reimpressos a qualquer momento, sem que isso implique qualquer forma de ônus ao Conselho.

**10.2.** Ao final do contrato, a empresa contratada deverá encaminhar ao CRMV-SP, sem ônus, mídia eletrônica com todos os arquivos produzidos (em formato aberto, com links e fontes, e fechado).

**11. DAS SOLUÇÕES DE MERCADO**

**11.1.** No mercado há diversas empresas que prestam serviços de revisão e diagramação, e atendem aos requisitos especificados, em âmbito nacional, conforme demonstrado abaixo, por meio do histórico de participação nos processos licitatórios anteriores:

<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Participação</b>
AGÊNCIA COMUNICA LTDA ME	05.427.387/0001-80	2018
APEX AGÊNCIA DE NOTÍCIAS E PUBLICIDADE LTDA ME	08.658.196/0001-18	2017
BLACK FLAG WEB - PUBLICIDADE LTDA	15.377.720/0001-48	2018
CATIA CRISTINA GONCALEZ ESTEVES DE OLIVEIRA ME	05.130.400/0001-35	2017
CLIP CLAP ARTES GRÁFICAS LTDA EPP	05.831.832/0001-73	2016
CROMOS EDITORA E INDUSTRIA GRÁFICA LTDA	82.581.406/0001-70	2018
D A ACERBI QUALIFICAÇÃO TREINAMENTO E CURSOS	31.749.788/0001-67	2018
EDITORAR MULTIMIDIA LTDA ME	12.500.313/0001-98	2017
EXEMPLUS COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA EPP	72.638.372/0001-59	2018
FAST PRINT SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI	11.148.684/0001-90	2016
GRÁFICA & EDITORA TRIUNFAL LTDA	03.002.566/0001-40	2017
GRUPO MAIS COMUNICAÇÃO INTEGRADA E MARKETING LTDA	07.888.358/0001-41	2018
GUILHERME DE ASSIS MOTA ME	13.403.547/0001-80	2017
HELLO-GRAF ACABAMENTOS GRÁFICOS EIRELI ME	12.340.522/0001-11	2018
MCP DA COSTA DESIGN EDITORIAL	16.814.143/0001-77	2016
MCP DA COSTA DESIGN EDITORIAL	16.814.143/0001-77	2017
PADRINHO AGÊNCIA DE CONTEÚDO LTDA ME	19.652.211/0001-37	2018



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

RS PRESS EDITORA EIRELI EPP	06.104.696/0001-82	2016
RS PRESS EDITORA EIRELI EPP	06.104.696/0001-82	2017
SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA	06.333.973/0001-29	2018
TIKINET EDIÇÃO LTDA EPP	15.267.097/0001-70	2016
TIKINET EDIÇÃO LTDA EPP	15.267.097/0001-70	2017
TIKINET EDIÇÃO LTDA EPP	15.267.097/0001-70	2018
TL PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA ME	05.197.047/0001-00	2016
TL PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA ME	05.197.047/0001-00	2017
TL PUBLICIDADE E ASSESSORIA LTDA ME	05.197.047/0001-00	2018
TRES CRIATIVOS LTDA ME	12.292.936/0001-12	2018
VIX AR CONDICIONADOS LTDA ME	15.531.531/0001-88	2017

ESTIMATIVAS, JUSTIFICATIVAS, DEMONSTRATIVOS E PROVIDÊNCIAS	
Estimativas das quantidades	Item 3.4 do anexo III da IN nº 5/2017
Justificativa da escolha do tipo e solução a contratar	Item 3.5 do anexo III da IN nº 5/2017
Estimativas de preços ou preços referenciais	Item 3.6, letras "a" e "b" do anexo III da IN nº 5/2017
Descrição da solução como um todo	Item 3.7 do anexo III da IN nº 5/2017
Justificativa para parcelamento ou não da solução	Item 3.8 do anexo III da IN nº 5/2017
Demonstrativos dos resultados pretendidos	Item 3.9 do anexo III da IN nº 5/2017
Providências para adequação do ambiente de trabalho	Item 3.10 do anexo III da IN nº 5/2017

**12. DOS QUANTITATIVOS DAS PUBLICAÇÕES**

PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE EDIÇÕES POR ANO
Revista mv&z	3
Boletim Apamvet	3
Informativo CRMV-SP	4
Relatório de Gestão 2019	1

Posição em 04/11/2019

**12.1.** O valor estimado por edição da Revista mv&z, conforme média constatada nas últimas três contratações, é de R\$ 4.429,00.

**12.2.** O valor estimado por edição do Boletim da Apamvet, conforme média constatada nas últimas três contratações, é de R\$ 956,00.

**12.3.** O valor estimado por edição do Informativo CRMV-SP, conforme média constatada nas últimas três contratações, é de R\$ 1.254,00.

**12.4.** Houve apenas uma contratação de Relatório de Gestão, portanto, não há média a registrar. O último valor pago foi R\$ 3.744,00.

**12.5.** Por óbvio que, por se tratar de média de valores já homologados, é quase certo que estes montantes poderão sofrer variações, tanto no momento da realização das cotações para formação do preço de licitação, quanto em relação ao valor final do certame. Espera-se, contudo, que os valores finais da licitação fiquem próximos da média histórica.

**12.6.** A quantidade de edições poderá variar para mais ou menos, apesar de não haver esse histórico, em decorrência da necessidade do CRMV-SP e deliberação em Plenária.

**13. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS TIPOS E SERVIÇOS A CONTRATAR**

**13.1.** O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) é uma Autarquia Federal com 50 anos de existência, mas ainda há falta de conhecimento e/ou distorção na compreensão das competências, objetivos e benefícios do CRMV-SP, assim como da importância da fiscalização do exercício profissional. Entre as atribuições do CRMV-SP está o zelo pelo exercício profissional, que não se limita à fiscalização. De acordo com a Lei 5.517/68, cabe ao Conselho também disciplinar e orientar os profissionais. Entende-se, portanto, que a difusão das melhores práticas e das tendências de mercado, assim como dos diversos campos de atuação, colabora para com o desenvolvimento profissional de médicos-veterinários e zootecnistas. Faz parte, portanto, dos objetivos de comunicação, melhorar a interação com os públicos de interesse de forma transparente, e fornecer informação clara, útil e de fácil acesso, visando fortalecer o relacionamento com os registrados no Conselho, estudantes, coordenadores de curso de Medicina Veterinária e Zootecnia e governo. É por meio do Relatório de Gestão, das publicações da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia, do Informativo do CRMV-SP e do Boletim da Apamvet, que o Conselho tenta cumprir esse papel de orientar, disciplinar e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

informar a classe sobre suas ações e atividades. Portanto, há a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z), do Informativo do CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019.

**13.2.** A contratação justifica-se também pelo fato do Conselho não ter em seu quadro de funcionários profissionais com a qualificação técnica necessária contratados para a execução dos serviços a que este estudo se refere e que visam também a transparência ativa das despesas, receitas, ações e projetos do Regional, assim como o atendimento às normativas preconizadas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.127/2009) e pelo Tribunal de Contas da União.

**13.3.** A fim de verificar o comportamento do mercado, em especial com relação às publicações técnicas-científicas, e a profissionalização de sua revista de educação continuada, o CRMV-SP associou-se à Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec Brasil) e pode estar presente, representado por sua Assessoria de Comunicação, no XXVI Curso de Editoração Científica, oportunidade em que pode comparar as práticas da instituição com as de mercado, pontuando oportunidades de aprimoramento, dentro da visão almejada pelo editor técnico da revista e pelo Plenário Conselho, assim como dos critérios de indexação de órgãos nacionais e internacionais.

**13.4.** Diante do exposto, manter os serviços de revisão e diagramação das publicações nos moldes deste estudo visa uma gestão eficiente dos recursos, a profissionalização das edições, assim como o melhor atendimento aos profissionais, à sociedade e à legislação vigente.

<b>PREÇOS REFERENCIAIS, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, RESULTADOS PRETENDIDOS e ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE</b>	
Estimativas de preços ou preços referenciais	Item 3.6, letras "a" e "b" do anexo III da IN nº 5/2017
Descrição da solução como um todo	Item 3.7 do anexo III da IN nº 5/2017
Justificativa para parcelamento ou não da solução	Item 3.8 do anexo III da IN nº 5/2017
Demonstrativos dos resultados pretendidos	Item 3.9 do anexo III da IN nº 5/2017
Providências para adequação do ambiente de trabalho	Item 3.10 do anexo III da IN nº 5/2017

**14. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

**14.1.** Embora a contratação possa ser considerada como serviço comum, a demanda do órgão exige certas particularidades tais como: número de páginas, leiaute, formato, etapas de execução e número de edições. Tais singularidades praticamente inviabilizam a possibilidade de se estabelecer critérios de comparação de preços praticados por outros Conselhos de Classe que adquirem serviços similares. Por este mesmo motivo, tampouco se mostra adequado a comparação de preços no Portal de Preços do Governo Federal. Sendo assim, os preços referenciais constarão apenas no Termo de Referência, quando será possível a realização de pesquisa de preços com potenciais fornecedores.

**15. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS COMO UM TODO**

**15.1.** A contratação de empresa especializada em serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (mv&z), do Informativo do CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019, de acordo com as condições, quantitativos e especificações mínimas estabelecidas, para manutenção pelo CRMV-SP das publicações de educação continuada e transparência ativa, assim como o atendimento da Decisão Normativa TCU 178/2019.

**15.2.** A revisão e diagramação das publicações respeitarão suas respectivas periodicidades e os arquivos deverão ser disponibilizados integralmente de forma digital, conforme demanda do CRMV-SP.

**16. DA JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DOS SERVIÇOS**

**16.1.** Para garantir uma uniformidade no que se refere à linguagem e identidade visual das publicações do Conselho, a replicabilidade de conteúdos e leiautes, gerando economia de tempo e reduzindo retrabalho, a pretensa contratação se trata de um único lote, não sendo possível o parcelamento dos serviços, assim como já realizado nas contratações anteriores.

**16.2.** Como demonstrado pelo histórico de participação dos processos licitatórios anteriores, o fato dos itens não serem parcelados e a contratação ser realizada em um único lote não restringiram a ampla participação das empresas de mercado, inclusive de microempresas.

**16.3.** A contratação se dará por regime de empreitada por preço unitário, com pagamentos por demanda de edição.

**16.4.** Os pagamentos referentes à Revista mv&z também serão por edição, ou seja, após o fechamento do total de páginas previsto, mesmo sendo a mesma em fluxo contínuo.

**17. DOS DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**17.1.** Economicidade: Espera-se que a contratação decorrente desse estudo gere para CRMV-SP os menores custos possíveis na obtenção da proposta mais vantajosa com a menor preço unitário por item, atendidos os critérios de prazo e qualidade.

**17.2.** Efetividade: Contribuir para a melhoria da transparência ativa do Conselho, assim como para com a ampliação das oportunidades de educação continuada dos profissionais médicos-veterinários e zootecnistas, a disseminação de informações orientativas e novas normativas, visando a redução do número de processos ético-profissionais entre os inscritos.

**17.3.** Eficiência: Cumprir as normas da ABNT, do Código de Catalogação Anglo-Americano, do TCU, assim como a Lei de Acesso à Informação.

**17.4.** Eficácia: Profissionalizar as publicações e auxiliar o Conselho no cumprimento de sua missão (Lei 5.517/1968 e Mapa Estratégico).

**18. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**18.1.** Em relação à infraestrutura (física e tecnológica) e recursos humanos, não será necessária a realização de adaptações no edifício e nem nos sistemas informatizados, uma vez que o CRMV-SP possui estrutura física e tecnológica adequadas para o recebimento dos serviços/arquivos, bem como dispõe de funcionários lotados na Assessoria de Comunicação do CRMV-SP em quantidade suficiente e com capacidade para acompanhamento dos serviços.

**18.2.** Com relação à estrutura do leiaute relativo ao novo projeto gráfico da Revista mv&z, a contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, para apresentar o modelo ao CRMV-SP. O arquivo será validado em até 2 (dois) dias úteis do recebimento. Caso o arquivo não seja validado, a contratada terá o prazo de até 1 (um) dia útil para realizar as adequações e enviar o arquivo ao CRMV-SP para validação final.

**18.3.** No arquivo leiaute não serão disponibilizados textos e imagens do CRMV-SP, não devendo a contratada aguardar por conteúdo para execução.

**18.4.** Caso a empresa contratada utilize software ou ambiente on-line próprio para envio dos materiais (arquivos de textos e imagens) e ou acompanhamento e aprovação de processos, deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato, encaminhar as informações de acesso e ministrar, quando necessário, treinamento do sistema utilizado.

**18.5.** Caso a empresa contratada utilize software próprio para envio dos materiais, a empresa deverá instalar e configurar o programa nos equipamentos da Assessoria de Comunicação, sem ônus ao CRMV-SP, bem como fornecer suporte técnico durante a vigência do contrato.

FISCALIZAÇÃO, VIABILIDADE e GERENCIAMENTO DE RISCOS	
Fiscalização do contrato	Item 4 do anexo III da IN nº 5/2017
Declaração da viabilidade da contratação	Item 3.11 do anexo III da IN nº 5/2017
Gerenciamento de riscos	Art. 25 e Anexo IV da IN nº 5/2017

**19. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**19.1.** A fiscalização do contrato será realizada por fiscal efetivo designado pela Assessoria de Comunicação, dentre os funcionários do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo.

**20. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**20.1.** Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação dos serviços de revisão e diagramação da Revista mv&z, do Informativo CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019 pelo CRMV-SP mostra-se técnica e economicamente viável.

**20.2.** Conforme o que fora demonstrado neste Estudo, há orçamento disponível para contratação no exercício corrente e os objetivos estão alinhados ao Planejamento Estratégico do CRMV-SP.

**20.3.** Sendo assim, a contratação pretendida é viável e indispensável para a continuidade das atividades desenvolvidas, visando a ampliação do relacionamento com os públicos de interesse, pela Assessoria de Comunicação deste Conselho.

**21. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS**

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR.			
Risco 01 – Não aprovação dos parâmetros previstos no Termo de Referência			
Probabilidade:	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( x ) Médio	( ) Alto
Dano:	1) Impossibilidade de contratação de nova empresa. 2) Atraso na contratação.		
Ação Preventiva:	1) Revisar os documentos primários, como o estudo preliminar, com o objetivo de mitigar possíveis divergências legais e técnicas para a realização do processo licitatório.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
	2) Conhecer as regras para elaboração do Termo de Referência.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
Ação de Contingência:	1) Renovar o contrato com a empresa Tikinet, em caráter excepcional, para prestação dos serviços de revisão, tradução e diagramação da Revista mv&z, do Informativo CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei n.º 8.666/93, com vigência por até 12 (doze) meses até a conclusão do novo processo de contratação.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
	2) Retrabalho com a elaboração do estudo preliminar e termo de referência, de forma a convergir com as normas e critérios técnicos necessários.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Risco 02 – Atraso na tramitação de documentos nas áreas competentes			
Probabilidade:	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( x ) Médio	( ) Alto
Dano:	1) Atraso na conclusão do processo licitatório 2) Atraso na contratação.		
Ação Preventiva:	1) Reunião com os setores responsáveis (Assessoria de Comunicação e Comissão de Licitação) para análise dos documentos necessários à contratação da nova empresa, a fim de acelerar o processo licitatório.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
	2) Acompanhamento de todas as fases (interna e externa) do procedimento de contratação da nova empresa.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
Ação de Contingência:	1) Solicitar apoio dos setores responsáveis sobre a necessidade de agilizar a tramitação do processo de contratação.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
	1) Renovar o contrato com a empresa Tikinet, em caráter excepcional, para prestação dos serviços de revisão, tradução e diagramação da Revista mv&z, do Informativo CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei n.º 8.666/93, com vigência por até 12 (doze) meses até a conclusão do novo processo de contratação.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação

Risco 03 – Licitação deserta ou fracassada			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Dano:	1) Impossibilidade de contratação de nova empresa.		
Ação Preventiva:	1) Conhecer o objeto a ser contratado e as práticas adotadas no mercado por empresas para prestação de serviços de revisão, tradução e diagramação, visando evitar restringir o objeto a poucas ou nenhuma empresa.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
	2) Exigir documentos para habilitações de empresas compatíveis com o mercado.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
Ação de Contingência:	1) Adotar os critérios de dispensa de licitação para os casos de licitação deserta, conforme o Art. 24 da Lei 8.666/93.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação
	1) Renovar o contrato com a empresa Tikinet, em caráter excepcional, para prestação dos serviços de revisão, tradução e diagramação da Revista mv&z, do Informativo CRMV-SP, do Boletim da Apamvet e do Relatório de Gestão 2019, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei n.º 8.666/93, com vigência por até 12 (doze) meses até a conclusão do novo processo de contratação.	Responsável:	Setor solicitante e Comissão de Licitação

**FASE DE ANÁLISE: GESTÃO DO CONTRATO**

Risco 04 – Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da contratada			
Probabilidade:	( ) Baixa	( x ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto
Dano:	1) Não realização das edições das publicações dentro do prazo fixado.		
	2) Não realização das traduções para o inglês e/ou revisões de forma adequada, apresentando erros.		
	3) Referenciamento não validado, acarretando em prejuízos acadêmicos aos profissionais.		
	4) Descumprimento dos prazos estipulados pelo TCU para entrega da prestação de contas anual (Relatório de Gestão 2019)		



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Ação Preventiva:	1) Acompanhamento e verificação da qualidade do serviço prestado.	Responsável:	Assessoria de Comunicação
Ação de Contingência:	1) Promover a solução dos desvios de qualidade por meio de aplicação das sanções cabíveis, de forma a coibir a reincidência.	Responsável:	Assessoria de Comunicação e Gestão de Contratos

**Risco 05 – Rescisão do contrato**

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto

Dano:	1) Não execução do objeto contratado.		
Ação Preventiva:	1) Acompanhamento da execução do contrato. 2) Notificação à empresa e aplicação das sanções cabíveis.	Responsável:	Assessoria de Comunicação e Gestão de Contratos
Ação de Contingência:	1) Efetuar novo processo de contratação, utilizando o registro de ocorrências e a experiência adquirida no processo de gestão do contrato, visando melhorar o estudo preliminar e o termo de referência para a nova contratação	Responsável:	Assessoria de Comunicação e Comissão de Licitação

**Risco 06 – Falta de pessoal técnico para fiscalização do contrato**

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto

Dano:	1) Falta de comprometimento na aferição dos serviços. 2) Atrasos na emissão do termo de recebimento dos serviços. 3) Não prestação do serviço ou prestação do serviço com baixa qualidade.		
Ação Preventiva:	1) Treinar novos fiscais de contrato (gestor e fiscal administrativo). 2) Realizar, periodicamente, treinamento para capacitação em fiscalização de contratos.	Responsável:	Administração
Ação de Contingência:	1) Nomear novos fiscais de contrato	Responsável:	Assessoria de Comunicação

**APROVAÇÃO**

Integrante

Laís Domingues  
Assessoria de Comunicação

São Paulo, 08 de novembro de 2019.

Aprovo o presente Estudo Preliminar.

**Méd. Vet. Mário Eduardo Pulga**  
**CRMV-SP 2715/V**  
Presidente do CRMV-SP



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO VI**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**  
**Processo Administrativo nº 05/2020**

**PROPOSTA COMERCIAL**

(Papel timbrado da empresa)

**01 - Identificação da empresa licitante:**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade/uf: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_  
Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

**02 - Dados bancários:** Conta nº: \_\_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Banco nº: \_\_\_\_\_ CNPJ nº: \_\_\_\_\_

**03 - Dados do representante legal:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade/UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Fone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

**04 - Validade da proposta:** (\_\_\_\_) dias contados da abertura da licitação - **prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.**

**05 - Preço:**

LOTE ÚNICO				
ITEM Nº	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO POR EDIÇÃO *	VALOR TOTAL *
1.1	Diagramação e revisão da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP.	3 edições	R\$	R\$
1.2	Diagramação e revisão do Boletim da APAMVET.	3 edições	R\$	R\$
1.3	Diagramação e revisão do Relatório de Gestão de 2019.	1 edição	R\$	R\$
1.4	Diagramação e revisão do Informativo do CRMV-SP.	4 edições	R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE				R\$
<p>No preço proposto já estão incluídas todas as despesas que incidirem sobre o objeto, tais como: impostos, encargos diretos e indiretos, taxas emolumentos, embalagens, mão-de-obra, materiais, hospedagem, alimentação, transporte, seguros, fretes e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.</p> <p>Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas neste pregão, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte, em especial ao Item nº "4" do <b>ANEXO II</b> que prevê na assinatura do contrato a apresentação da equipe técnica mínima discriminada nos subitens nº "4.1" do <b>ANEXO II</b> e da documentação discriminada no subitem nº "4.2" do <b>ANEXO II</b>, sob pena da aplicação das penalidades previstas no edital.</p> <p>Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.</p>				

(\*) Os valores (unitários e totais) deverão ser expressos em reais, com no máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 01/2020  
Processo Administrativo nº 05/2020

**DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES**  
(Papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. artigo nº 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 9.854/99, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/1.988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO VIII**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020  
Processo Administrativo nº 05/2020**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 01/2020, realizado pelo CRMV-SP.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IX

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020  
Processo Administrativo nº 05/2020

MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº \_\_\_\_\_/2020, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRMV-SP E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRMV-SP**, com sede na Rua Vergueiro, 1759 – 4 e 5 andares – Paraíso – Cep: 04101-000, na cidade de São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 50.052.885/0001-40, neste ato representado pelo seu Presidente, nos termos do art. 11, alínea “b”, da Resolução CFMV nº 591/1992, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº 05/2020 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e nas demais normas legais correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto “a contratação de empresa especializada em serviços de revisão e diagramação da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia (MV&Z), do Informativo do CRMV-SP, do Boletim da Apamvet, Relatório de Gestão de 2019”, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 - Objeto da contratação:

ITEM Nº	OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO POR EDIÇÃO	VALOR TOTAL
1.1	Diagramação e revisão da Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP.	3 edições	R\$	R\$
1.2	Diagramação e revisão do Boletim da APAMVET.	3 edições	R\$	R\$
1.3	Diagramação e revisão do Relatório de Gestão de 2019.	1 edição	R\$	R\$
1.4	Diagramação e revisão do Informativo do CRMV-SP.	4 edições	R\$	R\$

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

2.1 - O contrato poderá ser prorrogado a cada de 12 (doze) meses até o limite de 60 (sessenta) meses, caso seja autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

- quando os serviços forem prestados regularmente;
- a EMPRESA CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;
- a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
- o valor deste instrumento permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e,
- a EMPRESA CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

3.1 - O prazo de execução deverá obedecer ao estipulado na cláusula primeira do Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO**

4.1 - O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes do presente contrato estão previstas no orçamento do exercício e correrão à conta do elemento despesa nº 6.2.2.1.1.01.02.02.006.074 (serviços gráficos e editoriais – PJ), com a dotação orçamentária destacada para esta finalidade.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**6.1** - O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO**

**7.1** - As condições de recebimento do objeto encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA OITAVA: DO LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS**

**8.1** - O local de entrega dos serviços encontra-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE**

**9.1** - Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura deste instrumento, os valores poderão ser reajustados, alcançando a data da formulação da proposta e aplicando-se o índice IPC-A (IBGE) acumulado no período, a requerimento da **CONTRATADA** e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1** - As obrigações da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1** - As obrigações do **CONTRATANTE** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

**12.1** - As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

**13.1** - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**13.2** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

**13.3** - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.4** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**13.4.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3** - Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES**

**14.1** - É vedado à **CONTRATADA**:

**14.1.1** - Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**14.1.2** - Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

**15.1** - Este instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no art. nº 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

**15.1.1** - O **CONTRATANTE** se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** - Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO SIGILO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

**17.1** - Todos os documentos e/ou informações que ficarem em poder da **CONTRATADA** para fins de desenvolvimento dos serviços deverão ser considerados sigilosos.

**17.1.1** - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, especificações técnicas e comerciais da outra parte, de que venhas ter conhecimento ou acesso, ou que lhe venham a ser confiadas, sejam relacionados ou não com a prestação dos serviços, objeto deste instrumento, e não poderá, sob qualquer pretexto, reproduzir, divulgar, revelar ou dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, sob as penas da Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO**

**18.1** - A **CONTRATADA** se obriga a manter durante a execução deste instrumento, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**19.1** - Durante a vigência deste instrumento, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela XXXXXXXXXXXXXXXX (Sr XXXXXXXXXXXXXXXX) ou por representante do **CONTRATANTE**, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**19.2** - Durante a vigência deste instrumento, a **CONTRATADA** deve manter preposto, aceito pela Administração do **CONTRATANTE**, para representá-lo sempre que for necessário.

**19.3** - A atestação de conformidade dos serviços cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro funcionário designado para esse fim.

**19.4** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**20.1** - Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis à notificação, ficando sobrestada aquela até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**21.1** - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar, a suas expensas, a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência (art. 60 da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

**22.1** - As partes elegem o Foro desta capital, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia que possa surgir.

E, por estarem de acordo firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas a tudo presentes.

São Paulo/SP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Contratante:**

**Contratada:**

Conselho Regional de Medicina Veterinária-SP  
Méd. Vet. Mário Eduardo Pulga  
CRMV-SP 2715/V

**Testemunha:**

**Testemunha:**

Nome:

Nome:

R.G.:

R.G.: